

## **AS MEDIDAS ADOTADAS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS QUANTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

### **Autor(res)**

Adriano Da Silva Ribeiro  
Laura Rodrigues Rosa Da Silveira  
Rayanna Guimarães Palhares  
Keren Da Silva Alcântara  
Maira Carla Lopes

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

UNIVERSIDADE FUMEC

### **Introdução**

O art. 225, da Constituição da República, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988). Em 2015, o Conselho Nacional de Justiça editou a Res. 201/2015, atualizada pela Res. nº 400/2021, que veio sistematizar e institucionalizar a responsabilidade socioambiental no âmbito do Poder Judiciário. Para tanto, há uma série de medidas para se adequar no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). O tema suscita discussões, notadamente sobre os desafios para a implementação da Plano de Logística Sustentável no âmbito do Poder Judiciário, a exemplo do TJMG, que deve observar no exercício de suas atividades administrativas e jurisdicionais. O cerne da pesquisa consiste em perquirir acerca das medidas adotadas pelo TJMG, à luz do Plano de Logística Sustentável.

### **Objetivo**

Propõe-se identificar se e quais ações foram implementadas pelo TJMG para estruturar, sistematizar e institucionalizar a responsabilidade socioambiental, a fim de se adequar política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, bem como a Resolução n. 400/2021, do CNJ (BRASIL, 2021).

### **Material e Métodos**

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a base lógica do método dedutivo, a partir de abordagens descritiva, analítica e explicativa. Será adotada a pesquisa bibliográfica, documental e doutrinária, no exame dos textos constitucionais e legais, sendo a Constituição da República, o site do Conselho Nacional de Justiça, com destaque para Plano de Logística Sustentável elaborado pelo Núcleo Sociambiental no site do TJMG. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a base lógica do método dedutivo, a partir de abordagens descritiva, analítica e explicativa. Será adotada a pesquisa bibliográfica, documental e doutrinária, no exame dos textos constitucionais e legais, sendo a Constituição da República, o site do Conselho Nacional de Justiça, com destaque

para Plano de Logística Sustentável elaborado pelo Núcleo Sociambiental no site do TJMG.

## Resultados e Discussão

O TJMG desenvolve desde 2007 “ações voltadas para o desenvolvimento da cultura do consumo responsável e da preservação do meio ambiente, como o Programa Sustentabilidade Legal (PSL), que, em 2015, deu lugar ao Plano de Logística Sustentável elaborado pelo Núcleo Sociambiental do TJMG” (MINAS GERIAS, 2017).

Nesse sentido, criado o Núcleo Socioambiental do TJMG que estabeleceu as ações, as metas, os prazos de execução, os mecanismos de diagnóstico e o monitoramento do PLS do TJMG, bem como a metodologia de avaliação dos resultados (MINAS GERIAS, 2015). Instituída a primeira edição do PLS do TJMG para o período de 2015 a 2020. A segunda edição do PLS “para o período de 2021 a 2026 traz as adequações às diretrizes da Resolução CNJ nº 400/2021 e novas metas e desafios para a gestão sustentável”, inclusive relacionados aos ODS – Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)”. Aliás, apresentam os documentos: Painel PLS; Relatórios PLS 2016 a 2022; Plano de Ação (MINAS GERAIS, 2017).

## Conclusão

O TJMG vem adotando, conforme recomendação pelo Conselho Nacional de Justiça, “modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável”. Tais medidas revelam o empenho da instituição para a adequação política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

## Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 03 abr. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n. 400/2021. Dispõe sobre a política de sustentabilidade do Poder Judiciário. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3986>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n. 201/2015. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2126>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- MINAS GERIAS, Tribunal de Justiça do. Sustentabilidade - Conheça o plano de sustentabilidade do TJMG. 2017. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/acoes-e-programas/sustentabilidade.htm#.ZDIhnbMKHt>. Acesso em: 08 abr. 2023.
- MINAS GERAIS, Tribuna de Justiça do. Portaria Conjunta nº 476/PR/2015. Dispõe sobre Plano de Logística Sustentável - PLS/TJMG. Disponível em: <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/pc04762015.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2023.